

Educação, ética e experiência na contemporaneidade

Education, ethics and experience in contemporary life

Rafael Bianchi Silva, Alonso Bezerra de Carvalho

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir, de forma breve, como estão configuradas as dimensões da experiência e da ética na sociedade denominada “líquida” - a partir das discussões realizadas por Zygmunt Bauman. Observa-se que existe uma dificuldade de construção e manutenção das relações humanas no mundo atual, o que leva ao empobrecimento da experiência. Tal condição está relacionada com o balizamento dos vínculos pela lógica de consumo, o que favorece a efemeridade, a descartabilidade e a transformação do outro em objeto de satisfação. Como consequência, uma nova ética passa a ser necessária, sendo pautada na redescoberta dos espaços públicos como lugares de trocas (como por exemplo, a escola), na experiência com o outro reconhecido como sujeito autônomo e a reconfiguração dos laços sociais a partir de uma política da amizade.

Palavras-chave

Ética; Relações Humanas; Contemporaneidade.

Abstract

The objective of this paper is discuss, briefly, how are configured the dimensions of experience and ethics in society called "liquid" - from the discussions conducted by Zygmunt Bauman. It is observed that there is a difficulty of construction and maintenance of human relations which also leads to impoverishment of experience. This condition is related to the connexion of the bonds with the logic of consumption, which favors the ephemerality, disposability and transforming the other into an object of satisfaction. As a result, a new ethic becomes necessary, being guided in the rediscovery of public spaces as places of exchange (for exemple, the school institution), the experience with the other recognized as an autonomous subject and the reconfiguration of social ties from a policy of friendship.

Keywords

Ethics; Human Relations; Contemporary Life.

Rafael Bianchi Silva

Universidade Estadual de Maringá

Psicólogo, doutor em educação (Unesp/Marília), Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPI/UEM)

tibx211@yahoo.com.br

Alonso Bezerra de Carvalho

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

alonsoprofessor@yahoo.com.br

1. Introdução

O objetivo desse artigo é debater algumas questões presentes na sociedade contemporânea que remetem a dimensão ética, em especial, a relação desta com a questão da formação humana. O debate que segue deriva das reflexões realizadas a partir das discussões do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Ética e Sociedade cadastrado no CNPq e vinculado à Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília).

Enquanto metodologia adotada, foram realizadas leituras e análises de diferentes autores para a configuração de diagnóstico da contemporaneidade. Conforme aponta Lopes (2011, p.175), esse processo consiste “[...] em reconhecer o acontecimento sob o signo do qual nós mesmos aparecemos, nós mesmos somos, e, por outro, qual o acontecimento que ainda continua a nos atravessar, isto é, o qual nós repetimos em nossa atualidade [...]”.

Isso leva à compreensão da atualidade não como algo pronto e fechado em si mesmo, mas enquanto processo histórico, que por sua vez remete aos sujeitos que dela fazem parte tanto no que tange a reprodução de suas práticas e valores quanto a construção de formas singulares de existência. Dessa forma, ao final do trajeto pretende-se construir um pequeno mosaico no qual seja possível mapear e analisar de que forma a questão ética está presente no contexto fluidez que é marca do tempo presente (BAUMAN, 2009a; 2009b).

Não se tem a pretensão de discutir a fundo as diferentes problemáticas encontradas no contexto proposto, mas sim, ao término problematizar os modos de vida e seu desdobramento ético, tendo por pano de fundo a educação enquanto dispositivo de formação humana. Espera-se, assim, realizar apenas um esquadrinhamento de tais questões a fim de uma melhor compreensão das mesmas. O primeiro ponto de debate é o problema da experiência.

2. A questão da Experiência na Sociedade Contemporânea

A época presente tem como seus principais valores a segurança e o conforto o que pode ser observado, por exemplo, pela construção de uma série de novas tecnologias que visam o afastamento incondicional de qualquer sinal de sombra que aponte a existência de um mal-estar, seja em sua forma de incerteza, seja na presença da sensação de medo. Tal processo configura o que Beck (2010) chama de sociedade de risco, marcada pela necessidade de administração da vida com objetivo de mapeamento de possíveis elementos que possam colocar em perigo a existência (tomando como princípio os valores prezados e disseminados pela sociedade atual).

A sociedade contemporânea se configura como uma sociedade da frustração principalmente pela impossibilidade colocar a termino tal empreendimento. Conforme indica Bauman (1998), o mal-estar humano presente na própria construção da existência humana, possui uma dupla face: lidar com as necessidades vitais que são impostas à vida ao mesmo tempo em que tais necessidades se direcionam para as possibilidades e crivos de escolha que cada sociedade e tempo histórico colocam à disposição.

É possível observar em nosso tempo a dificuldade (que flerta com a impossibilidade) dos indivíduos conviverem uns com os outros. O imperativo de satisfação colocado em marcha na contemporaneidade está intimamente relacionado com o desenvolvimento de um modelo societário que tem por fundamento o ato de consumir que, por sua vez, implica na estimulação à diferentes objetos de consumo que precisam ser renovados, de forma a retroalimentar todo o processo. Dessa forma, a sociedade

contemporânea ao invés de impor valores de regulação à satisfação e ao prazer, estimula a busca dos diferentes e novas formas e objetos de satisfação, o que constitui um modo operante pautada pela volatilidade, efemeridade e descartabilidade.

Por essa razão, a sociedade líquido-moderna, conforme descrita por Zygmunt Bauman, possui como forma de materialização, o consumo (SILVA E CARVALHO, 2013). Para tanto, ela “[...] liberta as forças da mudança [...] deixa que as pessoas “encontrem seu próprio nível” para que depois procurem níveis melhores ou mais adequados — nenhum dos níveis presentes, por definição transitórios, é visto como final e irrevogável” (BAUMAN, 2003, p. 69).

O consumo é uma metáfora de referência para compreendermos a lógica relacional na fluidez societária. É possível observar a partir deste contexto um tipo específico de vinculação – com as pessoas e com as demais coisas no mundo – no qual, a liquidez da insatisfação adere, como em um sistema chave-fechadura, à própria lógica da sociedade de consumo.

Bauman (2009a) discute que se as relações sociais são essencialmente relações de consumo observadas, sendo que o indivíduo somente é reconhecido por seu alguém que consome e que, portanto, escolhe e é livre para definir o que consome. Os vínculos também serão pautados por tal critério. É nesse sentido que devemos entender a volatilidade – e fragilidade – das relações humanas dentro do contexto atual.

O autor pontua que “a vida do consumidor convida a leviandade e a velocidade, assim como a novidade e variedade que se espera que estas alimentem e proporcionem. A medida do êxito na vida do *homo consumens* não é o volume de compras, senão o balanço final” (2009a, p.72). Em outra passagem afirma que:

No mundo líquido-moderno, a solidez das coisas, assim como a solidez dos vínculos humanos, é vista como uma ameaça: qualquer juramento de fidelidade, qualquer compromisso a longo prazo (e mais ainda por prazo indeterminado) prenuncia um futuro prenhe de obrigações que limitam a liberdade de movimento e a capacidade de perceber novas oportunidades (ainda desconhecidas) assim que (inevitavelmente) elas se apresentarem (BAUMAN, 2010a, p.40-41).

As relações passam a ser calculadas em perdas e ganhos, e principalmente, na possibilidade (ou necessidade) de ao final dela, sofrer o mínimo possível. Porém, relacionar-se com qualquer tipo de objeto leva necessariamente a uma descentralização de si mesmo e com esse processo, a experiência de algum nível de incômodo e/ou instabilidade. Assim, se existe a impossibilidade de manter-se excluído do campo de relações, é necessário desenvolver métodos para que elas tenham pelo menos, alguma garantia de segurança. Desenvolve-se a partir disso uma proposta que poderia ser sintetizada por uma espécie de matematização dos vínculos emocionais.

Da mesma forma que o desenvolvimento da ciência moderna levou ao desencantamento do mundo natural considerado como divinizado e mágico pelo homem, vemos neste início de século uma dessacralização do Outro em sua presença e sentido. Este processo leva à construção de um tipo de relação baseada na utilização do Outro unicamente enquanto objeto de satisfação, sem levar em conta a sua existência enquanto ser singular e possuidor também de determinadas necessidades e desejos.

Outro ponto importante que não pode ser esquecido é que mesmo com a dificuldade de estar com o outro, observa-se a impossibilidade de permanecer longe do diferente. Por isso, torna-se necessário construir espaços nitidamente seguros de convivência nos quais a própria Diferença

será “maquiada”. Um dos exemplos mais emblemáticos é o *shopping center*. Lugar de passagem, marcado pela permanência no tempo de consumo e relação emocional desenvolvida com os objetos e não com as pessoas que desse espaço fazem parte.

[...] os tradicionais espaços públicos são cada vez mais suplantados por espaços de produção privada (embora muitas vezes com subsídios públicos), de propriedade e administração privadas, para reunião pública, isto é, espaços de consumo. [O] acesso é facultado pela capacidade de pagar. Aí reina a exclusividade, garantindo os altos níveis de controle necessários para impedir que a irregularidade, a imprevisibilidade e a ineficiência interfiram com o fluxo ordenado do comércio (BAUMAN, 1999, p.27).

Forma-se uma espécie de nova esfera pública que tem no ato de compra a expressão de direito político. Porém, tal processo é na verdade vivido de maneira solitária e, no qual, parece, o sujeito, reconhecer-se naquilo que coloca no carrinho e leva para casa. Como bem coloca Bauman (2009b, p.90),

Na sociedade de consumo, compartilhar a dependência do consumo – a dependência universal de comprar – é uma *conditio sine qua non* de toda liberdade individual; sobretudo, da liberdade de ser diferente, de “ter identidade” [...] A identidade – “única” e “individual” – somente pode talhar-se em uma substância que todo mundo compra e que somente pode se conseguir comprando [...].

Assim sendo, tem-se uma falsa conotação de comunidade, forjada pela lógica do consumo, a qual favorece que o homem, em seu formato “líquido” prefira o silêncio de sua privacidade ao invés da turbulência de uma vida social pública, gerando uma sociedade voltada para o campo da dimensão privada.

Constrói-se uma espécie de ascese pós-moderna, marcada por uma raiz individualista e pautada por um discurso fundamentado no cuidado de si mesmo. Esse processo, na verdade, parece ter gerado a minimização ou esvaziamento do campo que chamamos de política que também é caracterizado pela dinâmica e instabilidade:

A política é um risco, pois é difícil abandonar crenças, valores ou tradições sem saber o desenlace final. Agir é um início que se define pela irreversibilidade e pela imprevisibilidade, mas, ao mesmo tempo, constitui uma chance, uma forma de sacudir as imagens e metáforas tradicionais, de experimentar e criar novas formas de vida [...] (ORTEGA, 2004, p.152).

Em outras palavras, assumir a posição de atuar em frente à mutabilidade do mundo sem garantias de sucesso possibilita a construção de novas possibilidades de existência. Isso é o que chamamos de dimensão estética da experiência, ou seja, aquela que permite ao vivente ultrapassar as condições atuais concretas e vislumbrar rumos diferentes tanto para si quanto para os outros a sua volta a partir de outros parâmetros que não seja necessariamente referenciar-se por uma racionalidade instrumentalizada.

Se este traço da experiência ocorre de forma bastante prejudicada, então podemos afirmar que o sujeito não vive, mas sim, sub-existe: encontra-se dificultada a possibilidade de viver uma experiência genuína de criação, permanecendo imerso no terreno confortável de um mundo artificialmente controlado ao toque do controle remoto. Permanece distante e longe do próprio viver.

Como consequência dessa característica, encontramos um tipo de experiência empobrecida que não favorece a construção de novos sentidos pelo sujeito que serão, ao invés disso, ofertados prontos para consumo na ampla gama de formatos pré-fabricados pela sociedade líquida (o que pode ser visto, por exemplo, no campo midiático). Conforme indicam Silva e Henning (2010, p.17):

O conceito de experiência nos mostra que toda relação é sempre incompleta e, portanto, passível de revisão e atualização futura que implica no reconhecimento de novas possibilidades em um mesmo campo de atuação. Toda experiência deveria tender para ser divergente e não convergente em relação àquela que a sucede. Ou seja, deve gerar e propiciar a geração de novos significados sobre os eventos e não o inverso [...].

Vê-se, portanto, uma dinâmica de funcionamento que ultrapassa o campo social para constituir um modo de subjetivação. Nesse sentido, a observação de uma posição tomada pelo sujeito em relação ao mundo demonstra impactos nas diversas esferas em que ele atua, seja a escola, a intimidade de sua casa, etc. Como síntese, concordamos com Lasch (1990), ao apontar que tal característica pode ser entendida como a configuração de um laço tipificado como narcísico, ou seja, voltado para o eu, tomado como referência última da conduta ética do sujeito.

A questão a ser debatida agora refere-se ao tipo de relacionamento estabelecido com o objeto. Se tomarmos o objeto externo como suporte de satisfação do próprio eu, sendo este último o foco da ação, encontramos uma situação problemática. A experiência com o outro é tomada como experiência de satisfação com um objeto plenamente descartável visto que aquilo que se põe em jogo não é a relação com outro sujeito, mas sim, o nível de satisfação dela proveniente.

No contexto da sociedade de consumo, a satisfação é inversamente proporcional ao vínculo, ou seja, quanto mais rápido o laço, mais potencializada e imediata a satisfação. Por essa razão, Bauman (2010, p.42) aponta que “o consumismo de hoje não consiste em acumular objetos, mas em seu gozo descartável [...]”. Por essa razão, estar em movimento deixa de ser uma estratégia e ganha contornos imperativos.

O grande engano é que este laço é tipicamente “pobre”, ou em outras palavras, não traz consigo ao final do processo a um crescimento subjetivo. Se aquilo que se visa é adoção do outro como objeto, não há o que tomar deste a não ser sua capacidade de gerar satisfações inertes, fluídas e com “data de validade”. O que observamos na contemporaneidade é a perda do traço de investimento, ou seja, da aposta de que pode existir algo além do malestar inicial próprio de cada relação, demarcado pela existência única e particular do outro. É nesse sentido que observa-se no contexto atual a inversão da lógica moderna, na qual a satisfação estava na segurança a longo prazo ao invés do desfrute de prazeres imediatos (BAUMAN, 2008).

É exatamente esse tipo de relação com o Outro que caracteriza a condição atual e que leva a novos debates de natureza ética. Assim como sugere Goergen (2005, p.84-85), como dito até agora, a nossa época pode estar realizando a transição do *homo eticus et solidarius* ao *homo oeconomicus* como via de sobrevivência e de felicidade. A seguir serão discutidos os impactos desse processo na dimensão ética.

3. Ética e Formação Humana na Sociedade Contemporânea

Vimos na seção anterior que as formas de relacionamento presentes mundo líquido-moderno têm a característica da formulação de laços pautados por uma lógica de custo-benefício. Pressupõe-se o outro como um estranho e, portanto, um sinal de perigo eminente. Como afirmam Bauman e May (2010, p.61), “eles” – os estranhos – “[...] pertencem a um ao outro e formam um só grupo, porque todos e cada um partilham a mesma característica: nenhum deles é “um de nós” [...]”. Ou ainda, “[...] o estranho é a variável desconhecida de todas as equações calculadas quando se pretende decidir o que fazer e como comportar-se [...]” (BAUMAN, 2009a, p.141).

Tal indeterminação, que leva à formulação de uma condição de medo, gera uma política de intimidade, tomada como um traço forjado que esconde em si, a dificuldade de relaciona-se com o Outro. Como bem aponta Ortega (2004, p.148),

Vivemos em uma sociedade que nos incita continuamente a “desnudar-nos” emocionalmente, que fomenta todo tipo de terapias, verdadeiras dramaturgias da intimidade. A consequência é a decomposição da “civildade”, entendida como o movimento aparentemente contraditório de se proteger do outro e ao mesmo tempo usufruir de sua companhia [...].

Assim, tal tipo de subjetividade materializada na sociedade líquido-moderna falseia uma forte angústia que parece estar disposta nessas diferentes relações, demarcada pela obrigatoriedade e incentivo à fala. Nunca se disse tanto sobre questões consideradas historicamente como próprias do ser ou mesmo, de cunho privado. Tal processo borra as linhas demarcatórias das dimensões públicas e privadas. Porém, a conduta de falar de si mesmo, por mais que seja expressa publicamente, não está relacionada com o fomento de novas atuações nesse mesmo espaço. Construímos uma cultura na qual

[...] os homens ao tornarem-se seres inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles. São todos prisioneiros da subjetividade de sua própria existência singular, que continua a ser singular ainda que a mesma experiência seja multiplicada inúmeras vezes. O mundo comum acaba quando é visto somente sobre um aspecto e só lhe é permitido uma perspectiva (ARENDETT, 2007, p.67-68).

Tal discurso – que aqui toma o termo de “psicologizante” – pode ser facilmente observado na escola. De certa maneira, ele não é novo. Como todo discurso passa por modificações ao longo do tempo, mas parece assentar-se na separação radical entre o sujeito vivente e o campo de atuação em sua volta. Um exemplo disso é a patologização do ensino, demarcada pela reinserção de um discurso médico na escola, bem observado atualmente em casos como da hiperatividade e déficit de atenção. Ou ainda, com a transformação da escola em instância jurídico-criminal, responsável direta pela transformação do potencial delinquente em cidadão civilizado.

O ponto de sustentação de tal lógica é o processo de racionalização instrumental (em íntima relação com o pensamento dito “científico”) que termina por culminar na normatização da conduta. Não aderir ao projeto institucional proposto acaba por gerar esforços, em contrapartida, comumente violentos, na busca de adequação do outro ao modelo previamente demarcado.

Assim, o homem se transforma em verdadeiro ditador de normas, em um processo de soberania que para ser exercida necessita da construção de

estratégias de sujeição do outro. Dentro dessa perspectiva, falamos de agentes sociais que parecem não estar em interação, ou seja, não se configura um espaço de troca entre eles, mas sim, mediados por um terceiro visto como agente da lei (BAUMAN, 1997, p.130).

No primeiro exemplo citado acima, é retirada da escola, do professor e do aluno a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso do processo escolar. Isto é, existe uma culpabilização do aluno; para este, fragmentado pela condição de doente, torna-se alheio às próprias dificuldades de adequar-se aos imperativos do contexto escolar. No segundo exemplo, é possível ver o processo inverso: a escola é a principal responsável pela compensação das vivências sociais do aluno que é marcado pela condição de vulnerabilidade, deixando para os outros espaços de relação e ao próprio sujeito, um papel secundário.

Construímos, a partir disso, uma sociedade tipicamente administrada que termina por operar “a liquidação sistemática desse indivíduo” (LASTÓRIA, 2001, p.69). Tal mundo administrado:

[...] é um mundo dividido, analisado, despedaçado, repartido pela nossa maneira apropriadora e delimitado pela nossa mania classificadora. E é, também, um mundo cuja característica essencial é o não se submeter completamente à nossa vontade: por isso, é sempre insuficiente e está sempre “a meio fazer”, como se não fosse totalmente real, como se não fosse outra coisa a não ser a matéria prima para aquilo que nós queremos “realizar” nele. O olhar apropriador, o olhar que toma, é um olhar que divide e que não acolhe o que *é*, mas, sim, o que *deveria ser*. Por isso, constrói a realidade analiticamente e a partir do ponto de vista de sua manipulação possível [...] (LARROSA, 2006, p.111, grifo do autor).

Nesse sentido, a educação materializa uma das esferas da sociedade administrada (BAUMAN, 2010b), na qual o projeto educacional deveria, enquanto estratégia racional, gerar benefícios ao indivíduo tomado como objeto-alvo do processo educativo. O problema que colocamos é como estabelecer um envolvimento intersubjetivo com o outro se há uma direção a individualidade e à privacidade que se torna cada vez mais sedutora e, portadora potencial de felicidade?

Tal perspectiva indica a construção de uma ética eminentemente perversa que pode ser lida a partir de dois problemas. Primeiro, a desarticulação da trama social demonstrada pela perda do sentido de causalidade múltipla do fenômeno; segundo, ao formular uma hipótese unidimensional, o outro se transforma em objeto de exame, manipulação, controle e intervenção. Como discutido por Silva (2010), este modelo que adentra na escola tem por fundamento a ideia de “igualdade”, que por sua vez, deixa em segundo plano as singularidades dos sujeitos que constroem a realidade escolar.

Todas essas instituições operam de acordo com o princípio subjacente segundo o qual o desejo de cooperar com as dignas autoridades oferece a maior evidência do “ajustamento” e a melhor promessa de sucesso pessoal, ao passo que a recusa à cooperação significa a presença de “problemas emocionais” que requerem uma atenção terapêutica mais constante (LASCH, 1990, p.39)

Como desdobramento desse ponto, ve-se a formação de grupos sociais excluídos histórica e socialmente das políticas governamentais – comumente chamados de “minorias”. São os estranhos, que trazem suas demandas específicas e terminam por muitas vezes a colocar-se contra outros grupos também excluídos na luta por determinados direitos. Tal processo elabora um sentimento de grupo que tende a eliminar aquele que é

diferente na estrutura normativa proposta, gerando uma condição que não suporte relações de alteridade.

Creio que todas essas considerações confirmam a sua suspeita de que “diferentes significados associados ao uso do termo ‘identidade’ contribuem para minar as bases do pensamento universalista”. As batalhas de identidade não podem realizar a sua tarefa de identificação sem dividir tanto quanto, ou mais do que, unir. Suas intenções includentes se misturam com (ou melhor, são complementadas por) suas intenções de segregar, isentar e excluir (BAUMAN, 2005, p.85)

Em ambos os exemplos acima citados, desaparece a condição de sujeitos responsáveis pela configuração das próprias histórias construídas em um espaço comum. Qual a importância desse espaço? Sinais de resposta são encontrados a partir de Larrosa (2006) que aponta a importância dos chamados “espaços intersticiais” entendidos como aqueles aos quais os sujeitos não se encontram sujeitados pelo outro em relação aos seus atos e por isso, potencializam a construção de novas possibilidades fora do mundo seguro “[...] da cultura, do saber, do sentido” (p.81). Esse é um dos papéis da escola, aonde, segundo o autor (2006, p.81-82):

[...] renunciando à segurança dos espaços tutelados, nos quais se comercia uma verdade intrascendente, habitando a diversidade caótica e sem marcas dos lugares marginais, os estudantes divagam, vagabundeiam. É aí, nessa extravagância, onde os estudantes testam suas primeiras canalhices ou seus primeiros atos de nobreza, aprendem o gosto ácido da vaidade ou o sabor enjoativo da modéstia, investigam o sentido de fidelidade e da traição, degustam os matizes da camaradagem, da solidão, do abandono. [...] começar a reconhecer seu destino, acumular forças para novos saltos, para novas rupturas, para novas aberturas da espiral no sentido do ainda desconhecido [...].

É justamente nesse espaço que surge a possibilidade de construção do que entendemos por liberdade, não tomada como ato transcendental, mas sim, mediada pelo mundo compartilhado. Segundo Ortega (2004, p.155), esse é espaço próprio da amizade, “[...] espaço entre os indivíduos, do mundo compartilhado – espaço da liberdade e do risco -, das ruas, das praças, dos passeios, dos teatros, dos cafés, e não o espaço dos nossos condomínios fechados [...]”.

Assim, torna-se necessário construir uma política que garanta a manutenção relativamente estável da relação com o Outro, ou seja, a construções de questões que sejam comuns aos indivíduos favorecendo a elaboração de uma existência negociada própria do viver em comunidade que pode ser entendida como a relação entre o Um e o múltiplo.

Porém, é importante pontuar que a significação da importância de luta por esses novos espaços de atuação está intimamente ligada à quebra de uma lógica que coloca o efêmero como traço fundamental. A perspectiva de saída para essa configuração está bem colocada por Bauman (2009a, p.37):

[...] Quando há dois, não há certezas, e quando se reconhece ao outro com ao um “segundo” por direito próprio, como a um segundo soberano, não uma simples extensão ou um eco, ou um instrumento ou um subordinado meu, se admite e se aceita essa incerteza. Ser dois significa aceitar um futuro indeterminado.

4. Últimas considerações

Foi possível ao longo deste breve escrito realizar um debate acerca do contexto de vida da sociedade contemporânea a partir da análise do tipo de experiência do Outro por esta preconizada. Assim que a característica do próprio conceito de experiência seja o movimento, o traço predominante presente nos vínculos é a instabilidade tomada a partir de um viés que possui íntima relação com o medo de permanecer ligado ao Outro. Dentro dessa ideia, a articulação dos elementos presentes na experiência para que ela possa ser definida como uma experiência genuína, ou seja, um acontecimento passível de enriquecimento da vida, torna-se uma questão problemática.

Se o Outro é visto como um estranho e por isso tende a ser evitado; se os relacionamentos acontecem em tamanha rapidez que não permite a ultrapassagem da percepção da dimensão mais superficial dos sujeitos envolvidos; ou ainda, se forem pautadas por uma falsa ideia de intimidade, na qual não se busca a troca, mas sim, o ato de fala para o próprio gozo do falante (ou do ouvinte), encontramos um empobrecimento da experiência.

Como vimos também, nos deparamos com um problema ético: quais os efeitos da transformação do outro em objeto a ser manipulado, usado ou trocado? A formação de uma ética que indique o caminho para o aniquilamento dos laços sociais, nos mostra que a sociedade parece estar se deixando submergir por uma lógica que constrói a perda do sentido do viver comum (que não seria a própria “sociedade”?). Uma saída é apontada por Lastória (2001, p.71):

[...] resta apenas aos indivíduos – ao contrário de outrora – mobilizarem as suas energias psíquicas não mais para se deterem diante da força dos costumes e leis sociais, mas para não se deterem entregando-se a ela. Noutras palavras, a dificuldade para os indivíduos modernos em estado de massificação é a de, justamente, transgredir as normas, e não a de observá-las [...]

Se tomarmos a efemeridade relacional como norma vigente, a transgressão indicaria a construção de novos caminhos vinculares, sendo a amizade uma dessas propostas que, segundo Bauman (2009c, p.170) está incluída como motor de uma mudança paradigmática:

É precisamente porque estamos dispostos “a constituir amizades e companheirismos profundos”, e ansiamos por isso de modo mais vigoroso e intenso do que nunca, que nossos relacionamentos são cheios de som e fúria, repletos de ansiedade e estados de alerta perpétuo. Estamos dispostos a isso, já que os vínculos de amizade são [...] nossa única “escolta [social] em meio às águas turbulentas” do mundo líquido-moderno [...].

A mesma posição é adotada por Ortega (2004, p.154) ao indicar a necessidade de compreender a amizade como uma dimensão ainda a ser criada, uma metáfora que vem substituir antigas formas de compreensão dos vínculos possíveis. Isso levaria ao ato de resistência pontuado acima já que são nessas condições que se abrem as portas para vislumbrarmos uma ética da amizade que visa encorajar a vontade de agir e na qual se busca “[...] lutar por um novo ‘direito relacional’ que não limite nem prescreva a quantidade e a forma das relações possíveis, mas que fomente sua proliferação”. Assim, elabora-se uma reconfiguração política que tenha por base a

[...] imaginação que aponte para a criação de novas imagens e metáforas para o pensamento, para a política e para os sentimentos e que renuncie a prescrever uma imagem dominante, pois isso significaria, no

fundo, simplesmente substituímos um imaginário, que se tornou obsoleto, por outro.

Defendemos que “[...] a busca de uma vida alternativa em comum deve partir da análise de alternativas às políticas da vida” (BAUMAN, 2009b, p.58). Isso implica em “[...] pensar, tentar e testar um *modus vivendi* para tornar palatável a convivência e facilitar a vida. O modo como resolvemos essa necessidade é uma questão de escolha [...]” (BAUMAN, 2011, p.191).

Dessa forma, cabe pensar os efeitos dessa nova política tanto em nível individual-subjetivo como para os espaços público-políticos e o papel a ser adotado pela educação escolar ao longo deste percurso, colocando novos desafios, por exemplo, para o processo de formação de professores.

Sobre o artigo

Recebido: 17/03/2014

Aceito: 06/04/2014

Referências bibliográficas

- ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BAUMAN, Z. **Ética Pós-Moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.
- BAUMAN, Z. **O Mal-estar na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BAUMAN, Z. **Globalização: As Conseqüências Humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BAUMAN, Z. **Vida para o Consumo: a transformação de pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BAUMAN, Z. **Amor Líquido: acerca de la fragilidad de los vínculos humanos**. México: Fondo de Cultura Econômica, 2009a.
- BAUMAN, Z. **Modernidad Líquida**. México: Fondo de Cultura Econômica, 2009b.
- BAUMAN, Z. **A Arte da Vida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009c.
- BAUMAN, Z. **Capitalismo Parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010a.
- BAUMAN, Z. **Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010b.
- BAUMAN, Z. **44 Cartas do Mundo Líquido Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BAUMAN, Z.; MAY, T. **Aprendendo a Pensar Sociologicamente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.
- BECK, U. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

GOERGEN, P. Ética e Educação: o que pode a escola? In LOMBARDI, J.C.; GOERGEN, P. (orgs). **Ética e Educação: Reflexões Filosóficas e Históricas**. Campinas/SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. p.59-95.

LASCH, C. **O Mínimo Eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

LARROSA, J. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas**. 4ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LASTORIA, L.A.C.N. Ethos sem Ética: a perspectiva crítica de T.W.Adorno e M.Horkheimer. **Educação e Sociedade**, v. XXII, n. 76, p. 63-75, 2001.

LOPES, R. B. **Imagens do Pensamento: do antropológico ao acontecimento na educação**. 2011, 218f. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília: 2011.

ORTEGA, F. J. G. Por uma ética e uma política da amizade. In: MIRANDA, D. S. de. (Org.). **Ética e Cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2004. p.145-156.

SILVA, R.B. Educação e Igualdade: reflexões sobre a questão da inclusão. **Revista Urutágua**, n.21, p.24-38, 2010.

SILVA, R.B.; CARVALHO, A. B. Educação e Modos de Subjetivação no Capitalismo Contemporâneo. **Revista Espaço Acadêmico (UEM)**, v. 13, p. 20-26, 2013.

SILVA, R.B.; HENNING, L.M.P. Experiência e Formação Humana: Um Diálogo sobre Pragmatismo e Educação. **Redescrições**, v. 4, n.2., p. 01-17, 2010.